



República, Liberdade e Arte.

Professor Dr. ISAAC A. CAMARGO



Expediente:

Revista: Reflexões sobre Arte Visual

Publicação Atual e Anteriores:

<http://www.artevisualensino.com.br/index.php/revista-reflexoes-sobre-arte-visual>

Editor/Autor: Professor Doutor *Isaac A. Camargo*

Dados sobre o autor – Plataforma Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4790878E4>

Projeto de Ensino: Resolução N.476 – CAS/FAAALC/UFMS, 09/08/21

Edição:

Reflexões Vol.2 , No.22 , nov. 2021 – República, Liberdade e Arte.

Periodicidade: quinzenal

Campo Grande - MS

Capa: Anverso da Moeda de 500 Réis, em prata, cunhada em homenagem à Proclamação da República em 1889.

APRESENTAÇÃO

*A revista **Reflexões sobre Arte Visual** tem por finalidade discorrer à respeito de obras de Arte, períodos, artistas, situações e acontecimentos no intuito de difundir conteúdos neste campo do conhecimento a partir de meus projetos e proposições de ensino e produção artística.*

Os temas escolhidos para os artigos dizem respeito a Arte Visual como um fenômeno cultural e suas relações com o contexto social.

Os conteúdos aqui publicados tem a finalidade de difundir conhecimentos no campo da Arte Visual sob o ponto de vista do autor.

É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos desde que citada a fonte.

O acesso é público e gratuito.

Esta publicação é informativa e não tem qualquer finalidade comercial.

Qualquer pessoa ou instituição que se sentir prejudicada em relação aos conteúdos, informações e imagens aqui apresentadas, devem entrar em contato: isaac_camargo@hotmail.com

No dia 15 de novembro comemora-se a Proclamação da República no Brasil ocorrida em 1889. Um evento marcado por estratégias políticas e militares que possibilitaram ao país cortar os laços com a matriz colonizadora. Embora já fosse, independente desde 7 de setembro de 1822. O problema é que a Independência tendo sido proclamada por D. Pedro I, um príncipe, cuja origem é da mesma matriz colonialista, instaura um novo reino: o Império do Brasil e uma nova dinastia, a dos Pedros: I e II, uma independência que só trocou os nomes. Enfim, 67 anos depois destituiu-se o Império e instaura-se a República dos Estados Unidos do Brasil.

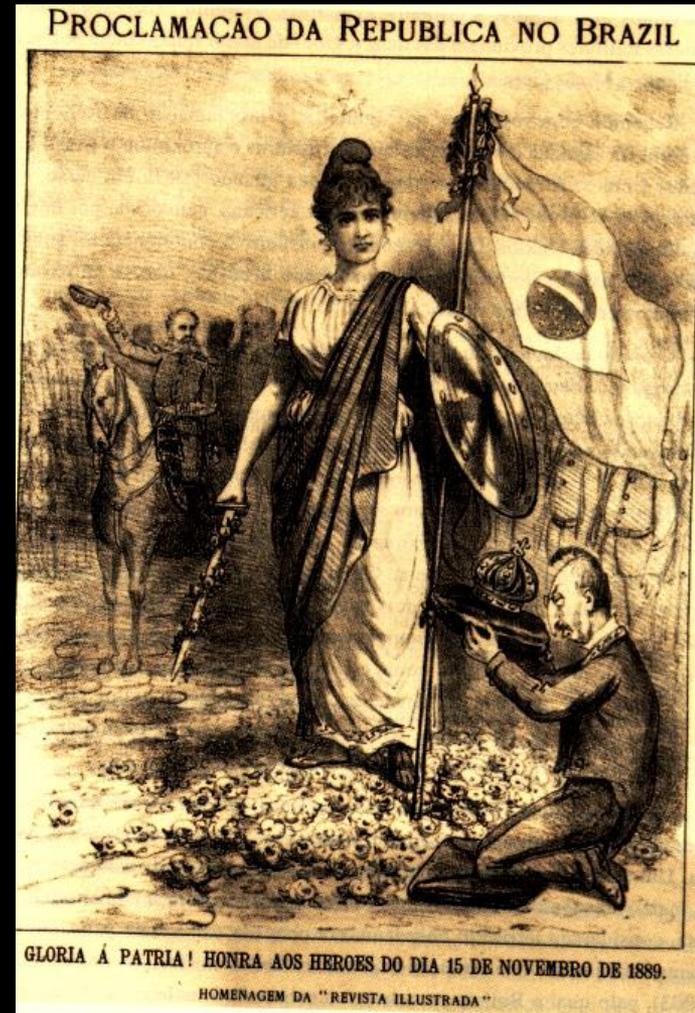
Até aqui nada de novo, quem foi escolarizado já sabe disto e talvez, nem tenha interesse em esmiuçar este processo ou em revirar a história que envolve os trâmites e estratégias politico-militares que levaram à proclamação da República no país. Contudo não vou deixar passar uma data como esta pois, ao adotar o primeiro e o décimo quinto dias do mês para publicação destas Reflexões, há certas efemérides que coincidem ou estão próximas a elas, isto estimula relacioná-las à Arte Visual, neste caso o tema é a República que entra em cena por meio das Alegorias criadas em torno dela.



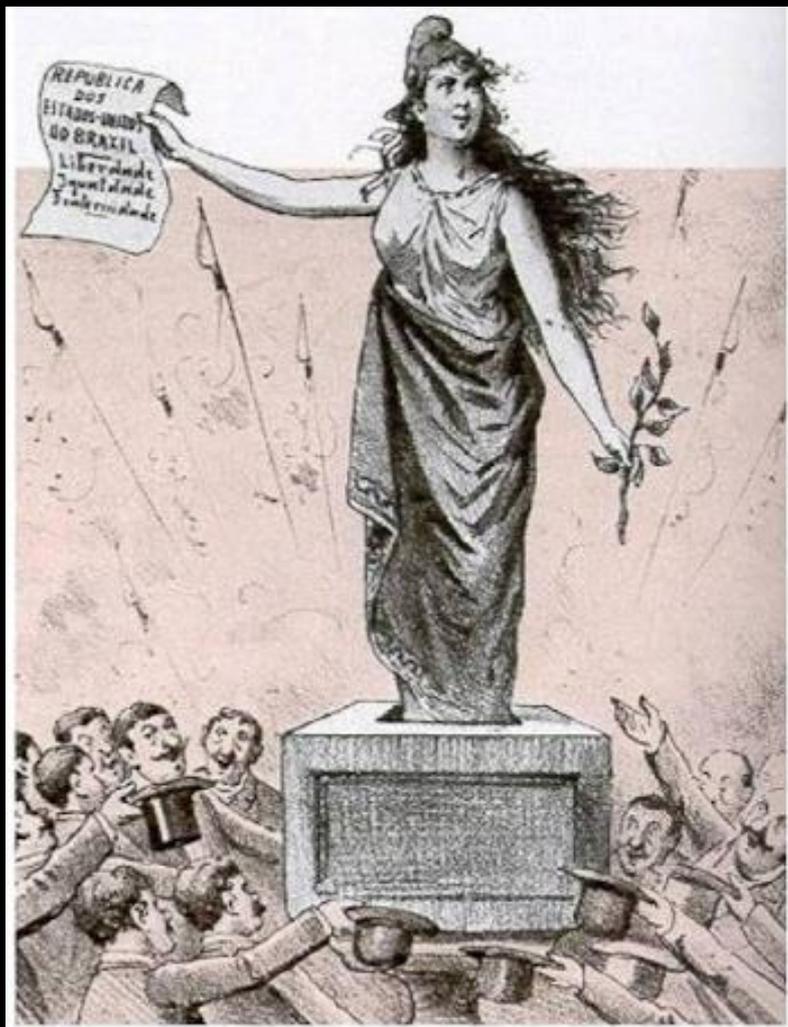
“*Proclamação da República*”, Benedito Calixto, 1893. A obra representa o evento que ocorreu na Praça da Aclamação, atual Praça da República, no Rio de Janeiro, quando um grupo de militares, liderados pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca, destituiu o imperador e assumiu o poder. Uma das vertentes da Arte Visual da época eram as representações históricas como esta feita 4 anos depois do evento.



“*Proclamação da República*”, 1890, Henrique Bernardelli. Na imagem o marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente.



Aqui a homenagem de Angelo Agostini, à proclamação da República, na Revista Ilustrada, entre 1889-1898.



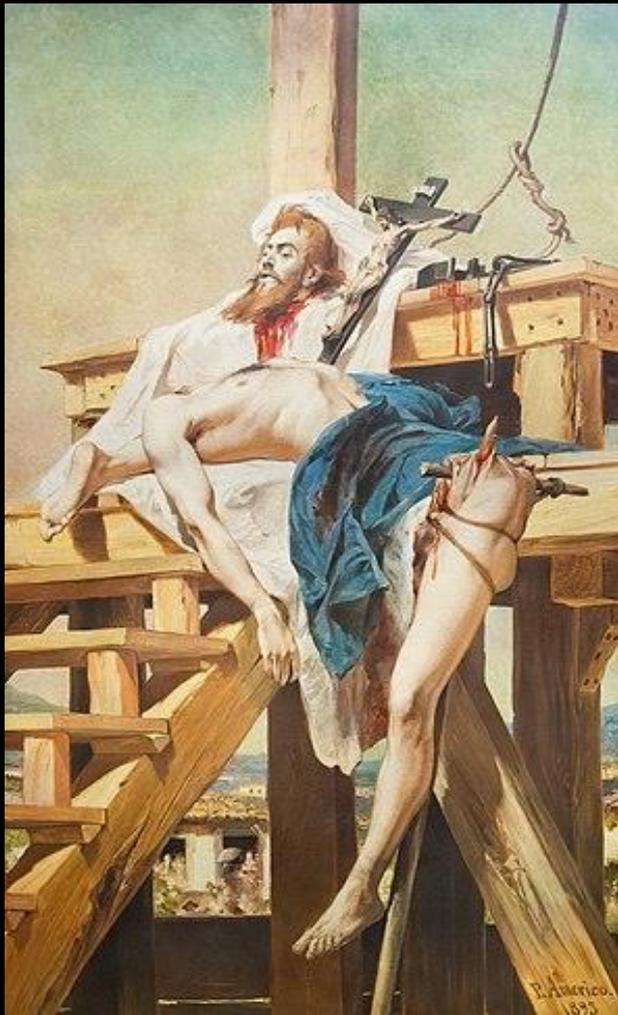
Alegoria da República,
publicada na Revista Ilustrada
na campanha para eleição da
primeira Assembleia
Constituinte em 1890.



“Alegoria da República”, de
Manuel Lopes Rodrigues, 1896.



A figura que usei na capa desta edição se refere à moeda de 500 Reis, cunhada em prata, a partir de 1889 pela casa da Moeda do Brasil em homenagem à Proclamação da República. Note-se que, no Anverso há um busto cuja figura é recorrente na representação da Liberdade, em geral usando o Barrete Frígio, ou seja, o capuz na cabeça, que aparece nas Alegorias usadas nas imagens de ilustração das revistas e na pintura de Manuel Lopes, relacionando-as ao conceito de Liberdade usado desde a Revolução Francesa. No Verso o slogan nacional: Ordem e Progresso, o Cruzeiro do Sul, e o valor da moeda. A área que estuda moedas é a Numismática.



“Tiradentes esquartejado”, obra de Pedro Américo, 1893, representa o martírio de Tiradentes.



A obra de Antonio Parreiras, *“Bênção das bandeiras da Revolução de 1817”*, representa a primeira tentativa de proclamação da República.



Outra Proclamação “frustrada” aconteceu em 1835, com a Revolução Farroupilha, cuja memória é representada pela obra “*Proclamação da República de Piratini*”, 1915, de Antônio Parreiras.

Desde a Inconfidência Mineira, reprimida em 1789, já havia o desejo de afastamento da monarquia e a constituição de uma república. A repressão da Inconfidência resultou na condenação de 12 pessoas, mas o único que sofreu punição, levado à morte, foi Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o único que manteve sua palavra declarando-se responsável pelo movimento. Executado em 21 de abril de 1792, tornou-se Mártir e a data o marco da pré-independência. Apesar das tentativas de proclamar a República, isto só acontece em 15 novembro de 1889, dia que também entrou para a História nacional.

O que motiva movimentos como este é a ideia de *Liberdade*, ou seja, a busca por mudanças da situação social, política e/ou econômica. A história da humanidade é impregnada de relações dicotômicas entre Dominadores e Dominados cujo confronto estabeleceu uma ideologia de libertação ou seja, amparada no anseio, desejo, vontade, interesse revelado pelas tentativas de anular o poder dominante e tornar-se independente ou autônomo em todos os sentidos. Assim surgiram os relatos da saga das pessoas, grupos e nações em busca de Liberdade.

Obviamente o conceito de *Liberdade* implica diretamente em antônimos como: prisão, restrição, controle, escravidão, cativo, coerção, interdição, limitação, serventia, submissão, sujeição, opressão e outros sentidos relativos à limitação da possibilidade de ser livre, de não depender da vontade de outrem e ter direito de agir sem ser forçado, compelido ou impedido por alguém ou por qualquer sistema restritivo e impeditivo do livre arbítrio, expressão e ir e vir. Esta liberdade é contemplada como valor supremo nos regimes democráticos em cartas magnas ou constituições de direitos humanos e deveres de cidadania.

No percurso da História Humana todos os antônimos ali citados foram motivadores de esforço, lutas, revoluções, guerras e debates em torno da liberdade. Há sempre dois lados: um dominante e outro dominado, em geral, os relatos que resistem ao tempo são os dos dominantes, já que os dos dominados são apagados ou esquecidos: “*Ao vencedor as batatas!*” Esta é a frase que encerra uma fala de Quincas Borba, personagem fictício de Machado de Assis em seu romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de 1881, ao narrar a contenda por um campo de batatas, o grupo que extermina o outro fica com o espólio da batalha: as batatas.

A história humana é recheada de conflitos, mas a resolução deles não é necessariamente diplomática, mas bélica. A diplomacia, os sistemas jurídicos centrados em direitos e deveres representam grandes avanços nas relações humanas, contudo, ainda hoje muitos grupos e nações praticam o modo rude, primitivo, desumano que é a guerra. No momento em que escrevo, há no mundo mais de 30 regiões em conflito e mais de 82 milhões de refugiados deslocados de seus territórios e nações. A crise dos refugiados nos últimos anos é uma das maiores na história da humanidade e não há indícios de que seja resolvida.

Tudo isto diz respeito à *Geopolítica*, termo criado pelo cientista político Rudolf Kjellén, no início do século XX, a partir da obra de Friedrich Ratzel, trata da relação entre processos de características geográficas: localização, território, recursos naturais, contingente populacional e geológico como a topografia, clima e potenciais de exploração de matéria prima, minérios e petróleo produção agrícola e industrial, como também de aspectos ecológicos como vegetação, fauna e demografia. Foca as potências internacionais detentoras do poder econômico, bélico e político sobre a sociedade.



Uma das obras representativas destes valores é de Eugène Delacroix, “*A liberdade guiando o povo*”, 1830. A imagem é uma alegoria em comemoração à Revolução de Julho de 1830, que resultou na queda do reinado de Carlos X.

Bem, depreende-se portanto, que o tema aqui abordado tem por base a questão da autonomia centrada na Liberdade e como isto se torna um valor apresentado na e/ou pela Arte Visual ao longo do tempo. Note a presença do Barrete Frígio, na cabeça da figura feminina, que na Roma antiga representava os escravos libertos.



Francisco de Goya y Lucientes: "*Uma cena da Guerra da Independência Espanhola de 1808*". Cenas de batalha são temas preferenciais destas alegorias devido ao impacto afetivo que tais imagens causam nos espectadores.



Outra obra alegórica que se refere à Liberdade é de Gustaf, Baron Wappers, pintura encomendada pelo novo governo da Bélgica após a revolução de 1830 que separou o país da Holanda.



Outra luta pela liberdade foi representada por muitos artistas, esta é de Filippo Marsigli: *A morte de Markos Botsaris, 1836*, general e herói do Guerra da Independência Grega, Souliotes, um dos heróis nacionais mais respeitados na Grécia.



A obra Emanuel Leutze: “*Washington Cruzando o Rio Delaware* , 1851, é uma alegoria sobre a independência dos Estados Unidos quando o general cruza o rio Delaware para enfrentar as tropas britânicas.



Não se pode deixar de lembrar também a obra “*O grito do Ipiranga*”, 1888, de Pedro Américo que homenageia, 62 anos depois, a proclamação da Independência de Portugal proferido por D. Pedro I, às margens do Rio Ipiranga em S. Paulo, no 7 de setembro de 1822.



Embora as palavras: “Independência ou Morte”, sejam atribuídas a D. Pedro I, há dúvidas quanto a elas, inclusive a autoria da própria independência, pois foi a arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria, Esposa de D. Pedro I, atuando como regente em seu nome, quem articulou junto ao Conselho de Ministros, na reunião de 2 de setembro de 1822, o ato de Independência. Acima a representação da Sessão do Conselho de Estado, pintada por Georgina de Albuquerque, 1922.



Maria Leopoldina da Áustria, imperatriz do Brasil, 1815, retratada por Josef Kreutzinger.

Havia temores de que uma guerra civil separasse a Província de São Paulo do resto do Brasil. D. Pedro I, a 13 de agosto de 1822, viaja para S. Paulo após nomear Leopoldina, como chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil, com poderes legais para governar o país durante a sua ausência. Voltando de São Paulo, para o Rio de Janeiro, em 7 de setembro é interceptado por um oficial que entrega a carta da princesa que explicitava os motivos da urgência da Independência do Brasil de Portugal, ato já acordado com o conselho de Ministros, no dia 2 de setembro.

No Brasil, as duas “Proclamações”: da Independência e da República são tidas como transcorridas “na mais perfeita ordem”, a ideia de uma “Independência sem sangue” não é tão perfeita assim. Outras guerras e revoltas pelo mundo foram violentas e mesmo aqui, as guerras nas quais o Brasil se envolveu ativamente ou as revoltas que ocorreram internamente tiveram baixas violentas e significativas, basta lembrar O Tiradentes.



Le Monde Illustré, 1889.

Não há notícia de qualquer incidente relacionado ao dia da proclamação da Independência. Na proclamação da República a única vítima parece ter sido o Barão de Ladário, Ministro da Marinha, baleado por resistir à prisão, mas sobreviveu.....

A tendência de emancipação das colônias europeias vinha se intensificando a partir do século XIX, era um sinal dos tempos. Os governos coloniais e suas matrizes estavam perdendo cada vez mais o domínio pleno sobre seus territórios. Vários fatores como os econômicos, escravagistas, religiosos, provocavam conflitos, revoltas e guerras em várias destas colônias tornando difícil mantê-las atreladas ao poder exercido à distância. A escalada de independência que assolava o ocidente e o oriente se avolumou de tal modo que em poucos anos o processo colonialista começou a perder espaço na geografia mundial.

O primeiro aspecto da Independência era se libertar do jugo e do poder dominante ou colonizador, o segundo aspecto seria a escolha de um sistema político e econômico para organizar o processo de independência, ou seja, que sistema político seria adotado e quais implicações teria no contexto local e exterior. Neste caso alguns países decidem por regimes monárquicos, outros republicanos e outros ainda por regimes totalitários e ditatoriais. Uma coisa é o regime político e outra é o sistema econômico. Os dois formam as diretrizes de condução governamental de gestão pública.

Regime Político, nas ciências políticas, é o nome do conjunto de instituições políticas por meio das quais um Estado organiza os modos de exercício do poder sobre a sociedade, atualmente podem ser democráticos ou não democráticos. Ao passo que *Sistema Econômico* se refere aos meios de exploração, produção, distribuição, consumo de bens e serviços dentro da sociedade. De modo genérico pode-se dizer que diz respeito à Economia Política, uma junção de economia com a ciência política para organizar as instituições políticas e o sistema econômico para promover ações dentro de diretrizes capitalistas, socialistas ou mistas entre outras.

Isto quer dizer que proclamar Independência é uma coisa e constituir o novo regime como Monárquico ou Republicano, Democrático ou Ditatorial é outra. No caso do Brasil a Proclamação da Independência instaurou um regime Monárquico, ou seja, o poder é transmitido hereditariamente de pai para filho, somente com a Proclamação da República que se optou por um regime de escolha direta de representantes e governantes. Com a promulgação da Primeira Constituição, em 1891, o presidente interino, Marechal Deodoro da Fonseca, foi legitimado por eleição no Congresso Nacional.

No Brasil se fala em *Velha República* e *Nova República*. A velha vai da Proclamação em 1889 até 1891, com a Revolução de 1930, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado de 1930, depondo o presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930 e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, encerrando a chamada *República Velha*. A *Nova República* é instaurada em primeiro de novembro de 1930, pela junta militar que institui o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas. Derrubando todas as oligarquias estaduais exceto a mineira e a gaúcha.

Getúlio Vargas assume um governo provisório e promulga a Constituição de 1934. Três anos depois, decreta a Constituição de 1937, instaurando o *Estado Novo* com a justificativa de que buscava conter o comunismo, em uma suposta tentativa de travar a radicalização da revolução por meio de comunistas denunciados pelo Plano Cohen, um documento forjado por militares brasileiros com a intenção de instaurar a ditadura do Estado Novo, ou *Nova República* instaurada pelo governo de Getúlio Vargas que se encerra em 1945.

Sucedeu a ela a *República Populista*, de 1945 até 1964 quando se dá o golpe militar instaurando a *Ditadura Militar* de 1964 a 1985, quando surge a chamada *Nova República*. De lá para cá há várias tentativas de estabilização econômica e política foram tentadas sendo que os presidentes eleitos diretamente desde então apenas dois cumpriram seus mandatos sem sofrerem *impeachment* ou impedimento. Este é o percurso da saga Republicana que o país viveu desde sua proclamação. Como parte do contexto nacional, social, político e cultural a Arte participou deste percurso estando dentro ou fora dela.

Voltando às origens, a palavra República é latina: *Res Publica* cujo sentido se aproxima de *coisa pública*. Se refere a estrutura política de Estado ou forma de governo que, segundo Marcos Túlio Cícero (104-43 a.C.), legislador romano, são necessárias, em síntese, três condições fundamentais para caracterizá-la: um número razoável de pessoas, fins e interesses comuns e consenso de direitos e deveres, depende ainda de Liberdade, Autoridade e Justiça. Percebe-se, portanto, que República não é simples nomenclatura, mas um conjunto de valores que vão orientar as condutas da gestão pública.

Pode-se dizer também que cada povo tem a República que merece... Pois não há consenso único sobre os valores aqui apontados, bem como, as Cartas Magnas ou Constituições são definidas por grupos de poder que ora ou outra assumem a direção de uma ou outra nação. Neste sentido, o termo República pode ser simplesmente um modo de dizer que o governo não é uma Monarquia. Boa parte das Repúblicas são organizadas a partir da Representatividade, ou seja, representantes eleitos direta e democraticamente para representar a população e gerir a coisa pública em benefício do povo.

É isto que diz a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu **Título I – Dos Princípios Fundamentais:**

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I–a soberania; II–a cidadania; III–a dignidade da pessoa humana; IV–os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V–o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I–construir uma sociedade livre, justa e solidária; II–garantir o desenvolvimento nacional; III–erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV–promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Está claro, para quem lê este artigo, que os princípios Republicanos apontados, desde Cícero, estão contemplados e claramente redigidos na Carta Constitucional, contudo, estar escrito e tornar-se realidade são duas coisas diferentes. As motivações que levam pessoas a optarem por carreiras políticas nem sempre são amparadas ou embasadas no Bem Comum, mas podem ser motivadas por interesses não Republicanos nem democráticos como beneficiar grupos de interesse econômicos, oligárquicos ou pessoais. Por isto a estrutura constituinte é composta, em geral, por poderes diferenciados e autônomos.

No Brasil estes poderes são definidos e estruturados como *Executivo, Legislativo e Judiciário*. Cada um deles tem função específica e deve cumpri-las de maneira transparente, coesa e lícita para que a Gestão Pública flua de modo eficiente para que o Estado Democrático e de Direito, prescrito constitucionalmente, atinja seus objetivos. A grande questão é se as escolhas feitas em processos eleitorais legítimos garantem tais princípios. O povo precisa sempre estar alerta e verificar se os representantes que elegeu estão, de fato, cumprindo sua função pública.

Tais funções são balizadas a partir dos objetivos descritos no Art. 2º. Da Constituição aqui repetidos, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são:

I—construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II—garantir o desenvolvimento nacional;

III—erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV—promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Qualquer pessoa eleita que não tiver por metas tais objetivos não é digna de estar na posição de “representante” sob o risco de não cumpri-las. Por isto os mandatos têm prazos definidos para que, os eleitores, possam a cada pleito tomar decisões sobre seus representantes, podendo ou não, reelege-los. Esta é a forma regulamentada para que o exercício dos mandatos definidos para os níveis Legislativos e Executivos dos municípios, estados e federação, sejam aferidos com base em tais metas e objetivos. O poder de designar representantes é popular.

No entanto, nem toda a população possui os domínios necessários para realizar análises socioeconômicas e políticas adequadas para avaliar seus representantes de modo objetivo no sentido de conferir-lhes ou não outros mandatos. Basta olhar para alguns indicadores como as condições de Trabalho, Saúde, Educação, serviços públicos e custo de vida para ter uma ideia se o voto valeu ou não. Pode-se aferir pelo chamado Quarto Poder, a imprensa no jornalismo e os meios de comunicação de massa, que exerce influência sobre a sociedade verificando se também não está contaminada por interesses não republicanos.

É comum, nas democracias, a liberdade de imprensa e cabe a ela, enquanto meio de comunicação livre, atuar com ética e responsabilidade na informação da sociedade, assim o contraponto entre os poderes republicanos e a sociedade civil é salutar e acompanhar o debate das ideias e realizações, é um meio possível de verificar o cumprimento dos princípios da República na liberdade e respeito em benefício do Bem Público. Partidos Políticos têm programas, diretrizes que dizem o que defendem, não são “times esportivos” para “torcer” por um ou por outro, são grupos que devem promover benefícios sociais.

O mínimo que se pode fazer é ler os programas dos candidatos que se apresentam, observar se cumprem ou não com as propostas programáticas, aferir seus projetos e histórico de realizações verificando se promoveram mudanças relevantes para merecer sua confiança e seu voto. Costuma-se dizer que político faz promessas sem intenção de cumpri-las, não seja o eleitor que, depois do dia da eleição, esquece em quem votou. Acompanhe o seu voto e verifique se aqueles que elegeu, como seus representantes legais, o respeitam e cumprem com o que lhe foi proposto em campanha.

Parece que o único representante a quem se dá uma “procuração” aberta para agir em seu nome é ao político. Ele tem o aval da população para agir em nome dela, exercer o poder, legislar e executar ações que ela lhe outorgou sem lhe dar qualquer satisfação sobre tais ações. Por isto é necessário ter o mínimo de cuidado ao escolher representantes pois nem sempre escolhas mal feitas resultam em projetos bem feitos. Tendo escolhido seus representantes, é bom lembrar que acompanhar seus feitos e reconduzi-los ou não é um ato de cidadania e de respeito à *Res-Publica*, ao Bem Público.